

A CIDADE E A VIDA

- O RENASCIMENTO URBANO – TENDÊNCIAS DO URBANISMO NA TRANSIÇÃO DO MILÊNIO

A reflexão sobre a forma como organizamos as nossas cidades, ou como nos organizamos nelas, não pode ser mais oportuna. Num momento em que se anuncia o fim de uma era em que, desde finais do séc. XIX e mais intensamente durante o séc. XX, tudo o que fazemos, tudo aquilo em que mexemos, tocamos, respiramos, comemos, quase tudo, diria, depende de uma matéria prima – o petróleo - e de outros combustíveis fósseis (carvão e gás natural), no fim desta era, dizia, encontramos-nos, nos países industrializados, mais conscientes de que as mudanças são inevitáveis. E começamos a mudar.

Uns mais tarde outros mais cedo, todos de um modo geral temos vindo a procurar alternativas à dependência dos combustíveis fósseis. É óbvio que aquilo que ocorre em 1º. lugar são as mudanças na produção de energia, procurando-se agora, à pressa, formas alternativas, criando até regulamentos e legislação sobre a matéria, procurando minimizar os estragos que, segundo alguns, viremos a sofrer, num período que foi já designado de “the Long Emergency”, por James Howard Kunstler e que corresponderá, segundo este autor, ao período de transição de cerca de 30 a 50 anos que as sociedades mais dependentes dos combustíveis fósseis, mais industrializadas (é comum dizer-se, “mais desenvolvidas”) demorarão a transitar de uma era para outra em que essa dependência desapareceria ou seria atenuada ou residual.

Todos hoje falamos disto, uns há mais tempo, outros ainda há pouco, uns mais radicalmente, outros menos, uns mais alarmistas, outros mais optimistas, mas todos falamos disto.

E, de facto, pagamos um preço demasiado alto, insustentável mesmo, por essa dependência. Veja-se o que tem vindo a acontecer no Médio Oriente ou, se quisermos, de forma mais prosaica, o preço que pagamos pela gasolina que colocamos nos nossos carros ou pelo gás para aquecer as nossas casas (e uma coisa depende da outra, como sabemos).

Mas, o que fazemos nós para mudar as coisas verdadeiramente, de forma mais profunda e eficaz, nas nossas vidas? Não ligamos os aquecimentos? Deixamos o carro em casa? E então? Como é que deixamos os filhos nas escolas, fazemos compras, nos deslocamos para o trabalho, etc...? O que mudamos verdadeiramente?

Bom, se pensarmos a sério no problema, temos que mudar radicalmente de vida. Temos que mudar as nossas cidades ou a forma como nos organizamos dentro delas.

Efectivamente, o modelo urbano que se generalizou no séc. XX com o advento do zonamento, isto é: a dispersão das várias funções contidas dentro da cidade e essenciais à vida humana em sociedade – a habitação (o abrigo), o local de trabalho, o local do comércio (o mercado), o local de diversão, o de lazer e o do culto (o templo), o de reunião (a ágora ou o fórum, ou a praça) – esse modelo, separando todas estas funções, criou a necessidade de nos deslocarmos entre zonas monofuncionais, por vezes em distâncias consideráveis, e isso só é possível com formas de energia baratas e ambientalmente limpas, constituindo esta última uma outra parte igualmente importante do problema da perda de qualidade de vida das nossas cidades. De facto, se para comprarmos um litro de leite tivermos que forçosamente gastar dois litros de gasolina, ao preço a que as coisas estão, não compensa.

Estas são realidades incontornáveis: O fim da era dos combustíveis fósseis juntamente com os aspectos ambientais – há problemas cuja resolução não poderemos adiar mais. Já desde o início dos anos 60 do séc. XX que personalidades como Jane Jacobs (que morreu há alguns meses atrás) e outras têm vindo a escrever livros e artigos sobre a matéria, alertando para os inconvenientes do modelo urbano assente no zonamento e acumulando vantagens dos modelos urbanos plurifuncionais ou de multi-usos. No fundo, deixemo-nos de rodeios, para as vantagens das cidades das ruas, das praças, cidades densas, em que se pode andar a pé e fazer compras no bairro em que se vive, as vantagens das cidades que o Homem criou e foi aperfeiçoando até as começar a fazer crescer incomensuravelmente, até “rebutarem” em regiões metropolitanas sobredimensionadas e altamente desqualificadas e inseguras.

Nos E.U.A. (um pouco até paradoxalmente) surgiram movimentos como o “New Urbanism” que, por força da acção de personalidades como Andrés Duany e Elizabeth Platter Zyberk, por exemplo, se reúnem hoje numa organização incontornável designada “Congress for New Urbanism” (C.N.U.) tendo desenvolvido métodos e códigos ao nível do desenho urbano como o “Transect”, por exemplo, que, aplicados à típica cidade americana – de centro de serviços e periferia de bairros de moradias unifamiliares, monofuncionais, com custos infraestruturais e facturas energéticas elevadíssimas -, permitiram melhorias substanciais de qualidade de vida, criando áreas plurifuncionais em novos bairros ou na reconversão de outros, existentes, reconvertendo as “mall” em áreas com habitação, comércio e escritórios, com soluções que, mesmo com estilos arquitectónicos que possam não ser muito do agrado europeu mais erudito, constituem um salto qualitativo inegável na qualidade de vida da cidade média americana. De qualquer modo, o “New Urbanism” não é um estilo, como muitos julgam, mas um movimento com adesão cada vez maior, cujos membros partilham um modo de ver a cidade independente das preferências estilísticas no campo da arquitectura.

Na Europa, e se não contarmos com acontecimentos ou reacções pontuais de pessoas singulares – aqui e ali, um pouco por todo o lado – que indicavam já que alguma coisa teria que mudar, que existia uma necessidade latente de mudança, de rejeição do modelo anterior – e de que poderíamos dar exemplos como os de “Port Grimaud” ou da extensão da Vila de Gassin, no Sul de França, nos finais dos anos 60 do séc. XX, de François Spoerry, as coisas só começaram a mudar, verdadeiramente, nos anos 80 daquele séc., com os movimentos apelidados de “Pós-Modernistas” no qual cabia tudo (de bom, de mau e assim-assim, do mais radical ao mais moderado). Pelo contrário, ao nível da produção arquitectónica ocorreram mudanças extraordinárias, de reacção a um excessivo racionalismo ou “industrialismo” que rejeitava tudo quanto pudesse “cheirar” a contextualização, tradição, história, cultura ou singularidade local e produzia modelos abstractos aplicáveis não importa onde. A escola do Porto (honra seja feita a Fernando Távora) foi um dos melhores exemplos de reacção a esse radicalismo, como foram Alvar Aalto, Aldo Rossi, Paolo Portoghesi e tantos outros.

Mas, no Velho Continente, e apesar desses ventos de mudança, nada mudamos na forma de tratar das nossas cidades e continuamos a construir periferias desmesuradas, inumanas, centros comerciais astronómicos fora das cidades, esvaziámos os centros históricos das habitações e transformamo-los em locais terciarizados, isto é, estragámos muito. Mas ainda temos muito de bom (embora continuemos a estragar, mesmo perante a evidência).

Efectivamente, muitos houve (e há) que, já desde os anos 80, e excluídos os autores excepcionais de que já falámos, propõem soluções alternativas ao modelo de zonamento monofuncional para as cidades europeias, como os irmãos Rob e Léon Krier (especialmente este último), Philippe Rothier em Espanha (Ibiza) e na Bélgica – com a sua

Fondation Pour l'Architecture -, Gabriele Tagliaventi, que desde 1992 organiza uma Trienal de Arquitectura e Urbanismo cuja importância tem vindo a crescer de forma notável, Maurice Culot – responsável pelos Archives d' Architecture Moderne em França e na Bélgica até há poucos anos – e autor de interessantíssimas publicações, projectos e artigos sobre a matéria -, Javier Cenicacelaya e Iñigo Saloña no País Basco, Demetri Porfirios -grego com escritório em Londres – e tantos, tantos outros, que, como dizia, têm vindo a fazer qualquer coisa de diferente, nesta matéria, procurando modelos mais consentâneos com a especificidade do sítio, com a singularidade ou cultura local.

Nos nossos dias, creio que se passou de um tempo de extremismos ou de radicalização de posições para um ambiente de maior tolerância e diálogo. Se excluirmos o factor “estilo” arquitectónico em matéria de arquitectura do essencial do que deve ser feito nas nossas cidades em matéria de desenho urbano; se soubermos aceitar as nossas diferenças, em matéria de tendências, debaixo de um “tecto” de respeito pelo ambiente urbano e por uma cidade melhor, penso que todos temos a ganhar. Existirão casos e casos – situações em que se afigura essencial uma integração mais por harmonia ou simpatia, seguindo tipologias contextuais, outras em que o grau de diversidade poderá ser maior, mas em todos os casos e isso também aprendemos hoje todos a reconhecer, estes não são factores inibidores, de qualidade ou de criatividade -; E depois há algo que está primeiro do que nós, indubitavelmente, se quisermos cidades mais sustentáveis e humanizadas, e esse algo é a própria cidade, o sítio, o lugar, a carga cultural (e por vezes de memória) que os lugares contêm. Mesmo quando fazemos o grande “templo” ou o grande “fórum”, não podemos ser indiferentes a esse aspecto, na implicação que esses actos possam ter nas nossas vidas, no nosso meio. Seria demasiado “Ego”, da nossa parte, não compreendermos essa importância.

É neste contexto que reunidos em Bruges, em 2003, sob os auspícios de personalidades belgas ligadas a estes movimentos e com o apoio do C.N.U., várias personalidades/instituições que, de alguma forma, vinham acompanhando esta tendência da produção urbanística e até, nalguns casos, participando em actividades do C.N.U., entenderam criar uma “rede” de debate a que chamaram “Council for European Urbanism” (ver www.ceunet.org). Esta rede, hoje prestes a transformar-se em Fundação com sede em Estocolmo, realizou já uma série de eventos internacionais e tem vindo a contar com mais e mais adeptos, pessoas singulares e instituições cuja preocupação com a requalificação da cidade europeia se tornou numa prioridade.

JOSÉ BAGANHA